

## GÊNERO, SEXUALIDADE E PÓS-COLONIALIDADE:

Apontamentos para uma agenda de pesquisa

Gustavo Gomes da Costa Santos<sup>1</sup>

Marcos de Araújo Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** Neste artigo, refletimos sobre questões analíticas que consideramos pertinentes para reflexões que se detenham nas interfaces entre gênero, sexualidade e pós-colonialidade a partir das específicas heterotopias latino-americanas. Considerando que as dinâmicas incorporações de temáticas de sexualidade e de gênero às agendas políticas estão sendo circunscritas por fatores como a ressignificação das dependências, a redefinição das imperialidades e a permanência de estados de colonialidade. Estas citadas interfaces adquirem relevância não apenas do ponto de vista conceitual, mas principalmente social e político. Por fim, apresentamos elementos que julgamos imprescindíveis na estruturação e operacionalização de uma agenda de pesquisa pós-colonial que seja capaz de investigar coerentemente as complexidades históricas e contemporâneas que subjazem as dimensões do gênero e da sexualidade.

**Palavras-chave:** Gênero. Sexualidade. América Latina. Pós-colonialidade.

**Abstract:** In this article, we reflect on analytical issues that are relevant to reflections that hold the interfaces between gender, sexuality and postcoloniality from specific Latin American heterotopias. Whereas the dynamic incorporation of issues of sexuality and gender to political agendas are being circumscribed by factors such as reframing of dependencies, redefinition of imperialities and the permanence of states of coloniality. These mentioned interfaces assume importance not only from the conceptual point of view, but mainly social and political. Finally, we present elements that, in our opinions, are essential in the structuration and implementation of an agenda of postcolonial research that is able to coherently investigate the historical and contemporary complexities that underlie the dimensions of gender and sexuality.

**Keywords:** Gender sexuality. Latin America. Postcoloniality.

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco.

<sup>2</sup> Pesquisador de Pós-Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco.

## **Primeiras palavras**

O gênero, a sexualidade e a pós-colonialidade são elementos constituintes de uma histórica e hierárquica relação de poder, baseada em alteridades conflitivas e na dominação colonial (McCLINTOCK, 2010). Assim, de maneiras diferenciadas (porém eficazes), foram naturalizadas, nos países latino-americanos, concepções e práticas sociais profundamente marcadas pelo heterossexismo, pelo heteropatriarcalismo e pela heteronormatividade (LUGONE, 2007). Obviamente, estes fatores não apenas perpetuaram processos de estigmatização, estereotipização e marginalização de cosmologias nativas latino-americanas que lidavam diferenciadamente das cosmologias europeias com as dimensões do gênero e da sexualidade, como também acarretaram e justificaram verdadeiros *epistemicídios* (SANTOS, 2003). Isto é, a dizimação de parte significativa dos conhecimentos, práticas e valores das diferentes etnias que habitavam o território da América Latina bem antes da chegada dos colonizadores europeus – conhecimentos e valores que, como em alguns casos verificados no interior da América Central e do Sul, fundamentavam práticas sociais cujas relações de gênero e sexualidade, em termos políticos, poderiam ser caracterizadas como bem mais democráticas e igualitárias que aquelas encontradas na mesma época histórica no território europeu (LÓPEZ HERNÁNDEZ e RODRÍGUEZ-SHADOW, 2011).

## **O Gênero, a Pós-colonialidade e suas possibilidades epistemológicas**

Intentos analíticos que contemplem as interfaces entre as dimensões do gênero, da sexualidade e da pós-colonialidade na complexa e heterogênea realidade latino-americana precisam considerar as dimensões de desnaturalização, desmistificação e de contestação das hierarquias socioculturais e biopolíticas historicamente articuladas e que subjugavam (e em grande medida ainda subjugam) grupos de homens e, sobretudo, mulheres, no intuito de controlar seus corpos e principalmente suas subjetividades e relações de alteridade. Nestes contextos de permanência dos estados de colonialidade e desigualdades sociais e de gênero, é importante considerar que a dimensão da linguagem deve ser questionada criticamente a partir de iniciativas que visem historicizar as injustiças e desigualdades, assim como contextualizar as diferenças.

Como já haviam alertado autores como Enrique Dussel (2006) e Walter D Mignolo (2002), uma profunda crítica semiológica implica também questionar conjunturas mais

amplas de poder e dominação que incidem sobre as esferas do gênero e da sexualidade, pois sabemos que devem ser analisadas as particularidades empíricas destas esferas. Entretanto, também seria um equívoco refletir sobre tais esferas de formas dicotômicas e compartimentalizadas, ou seja, que não atentasse devidamente para suas concatenações com outras importantes dimensões da vida social como as relações econômicas, políticas, as expressões artísticas e os parâmetros linguísticos e comunicacionais.

Utilizando-se de vocábulos da língua inglesa e alemã, Gayatri Spivak (2010) busca aproximar-se do sentido atribuído à palavra “representação” tanto para quem investiga, produz conhecimento e representa os/as “outros/as”, como para estes/as “outros/as” que são investigados/as, sobre quem se produz conhecimento e são através deles “representados/as”. Spivak busca questionar elementos-chave como as questões da autoridade, da narrativa e da interpretação etnográfica e sócio-antropológica, no intuito de evidenciar e fornecer subsídios analíticos que permitam verificar, em contextos diferenciados, como a questão da consciência e da conscientização da resistência da e na subalternidade podem ser promovidas social e politicamente.

Falando a partir das realidades latino-americanas, acreditamos que as reflexões produzidas a partir da Europa ou dos EUA podem colaborar nestes intentos epistemológicos, mas desde que o ato de lhes contemplar não esteja destituído da igual contemplação de outras reflexões mais “próximas” em termos de afinidade histórica e sociocultural e nem que tal contemplação de parâmetros anglo-saxões ocorra a partir de parâmetros assimétricos e hierárquicos que permitam qualquer tipo de reiteração das relações de subalternidade das epistemologias do “Sul” em relação às do “Norte”.

No caso dos estudos sócio-antropológicos sobre gênero no Brasil, é fácil perceber como, por exemplo, os preceitos presentes no clássico “A dominação masculina” de Pierre Bourdieu (1999) foram importantes no sentido de evidenciar como este conjunto de dominações oprime não só as mulheres e quem escapa dos padrões heteronormativos, como também os próprios homens heterossexuais – ou seja, era algo nocivo às sociedades como um todo. Entretanto, além de “engessar” a realidade social em diversos aspectos e não dar a devida atenção à capacidade de agência e resistência dos indivíduos, os preceitos teóricos de Bourdieu sobre gênero e sexualidade não contemplam as particularidades sócio-históricas da América Latina (e de outras partes do mundo), não se coadunam com as realidades latino-americanas e, com isso, não permite interpretá-las adequadamente.

A partir das realidades da América Latina, diversos estudos produzidos a partir da década de 1980 e que se detiveram sobre as especificidades do feminismo nesta área geográfica apontaram nesta direção, ou seja, da necessidade de adaptar as concepções vindas do “Norte”, questioná-las criticamente e também produzir epistemologias feministas no heterogêneo território latino-americano e a partir das suas complexidades intrínsecas (BARBIERI, 1984; OLEA, 1998; GARGALLO, 2009; LUGONES, 2011; ALONSO y DÍAZ, 2012). Um ponto a ser salientado é que tais epistemologias não pretenderam (e continuam não pretendendo) ser endógenas ou exclusivistas. Isto é, entende-se que seus preceitos poderiam colaborar na compreensão de outras realidades sociais. Isso porque não basta reconhecer que as estruturas de dominação masculina e as resistências feministas são dinâmicas e processuais, já que é imprescindível situar diferentes realidades, confrontá-las e promover estratégias para que os diálogos políticos entre os grupos e suas comunidades nacionais sejam construídos a partir de parâmetros verdadeiramente (e não só teórica ou hipoteticamente) simétricos.

Neste sentido, os feminismos latino-americanos têm contribuído para reforçar as críticas elaboradas por feministas negras e oriundas do então chamado “Terceiro Mundo” ao movimento feminista *mainstream* do “Norte Global”. Estas críticas denunciam que a busca por uma suposta “irmandade universal” existente entre todas as mulheres ofuscaria as singularidades e diferenças da vivência da opressão de gênero principalmente em contextos não ocidentais, ao tomar como “universais” as experiências de exclusão de um grupo particular de mulheres (brancas, de classe média, norte-americanas/europeias e heterossexuais). Tal movimento reforçaria, em grande medida, as relações de dependência cognitiva e imperialismo cultural. Ou seja, é preciso então situar mais reflexivamente as contribuições do feminismo latino-americano, como teoria política e como filosofia prática, em relação a outras modalidades feministas que foram articuladas mundo afora e procurar compreender as cosmologias específicas através das quais os diferenciados grupos de mulheres latino-americanas (re) contextualizaram, contestaram e dinamizaram seus papéis sociais e políticos. Esta iniciativa reflexiva, por contemplar dinâmicas recentes nos cenários das cartográficas geopolíticas, permite, também, repensar as relações entre o Norte e o Sul global<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Sabemos que as categorizações “Norte/Sul” global expressam não necessariamente uma configuração geográfica, mas política e social. Isso porque o “Norte global” inclui áreas e grupos sujeitos à exclusão social, enquanto o “Sul” possui elites que gozam de considerável prosperidade. Existem também regiões e grupos em posições intermediárias ou transicionais. Sobre estas questões, Li Zhang e Aihwa Ong (2008) comentam que no caso da China, é possível afirmar que cidades como Pequim e Xangai pertencem ao “Norte global”, enquanto que inúmeras cidades da zona rural e das áreas mais pobres do país continuam sendo integrantes do “Sul global”.

Com isso, devemos estar atentos aos perigos que poderiam advir de uma “não-adaptação” epistemológico-histórica no confronto analítico entre as relações de poder presentes nos processos contemporâneos da globalização e as *condições sociais da circulação internacional das ideias* (BOURDIEU, 2002). Falando sobre isso, Francesca Gargallo comenta que a

Institucionalización del feminismo y feminismo hegemónico fueron un par peligroso durante los veinte años recién pasados, porque la fuerza de la institucionalización redundó en un renovado intento de absolutización de la hegemonía, tendencia que de por sí le es propia. La institucionalización del feminismo intentó afirmar la participación en las instancias del poder como «la única vía» para la liberación de las mujeres latinoamericanas, una vía entre liberal y socialdemócrata, sostenida por el voto y la presencia de mujeres marcadamente específicas (indígenas, negras, lesbianas «representantes» de su sector) en la contienda electoral. Se cobijó para esta cruzada de institucionalización democrática hegemónica en un nuevo discurso sobre la crítica universalidad de los derechos humanos, la sublimada identificación de democracia y libertad de mercado, la emancipación definitiva de las mujeres mediante la ley y su incorporación en las estructuras nacionales e internacionales, además de la negación de las diferencias profundas en la organización social de las naciones, en particular de las ideas religiosas y colectivas del ser y el saber de los pueblos originarios (GARGALLO, 2009, p. 34).

Nesse sentido, advogamos uma perspectiva analítica pós-geográfica, porém, que em nenhuma hipótese desconsidera ou menospreza as relações de poder, a permanência das imperialidades, as redefinições das dependências e as novas configurações dos *estados de colonialidade* (MARTINS, 2012), nem tampouco desvaloriza a importância do “lugar”, ou seja, das localidades particulares, suas dinâmicas políticas, econômicas e socioculturais e seus particulares posicionamentos e alianças dentro da *matriz colonial de poder* (QUIJANO, 2001). Como um exemplo da pertinência desta perspectiva analítica no estudo das interfaces entre gênero, sexualidade e pós-colonialidade, vejamos o caso das imigrantes latino-americanas que substituíram as mulheres italianas nos trabalhos domésticos, o que fez com que houvesse apenas uma transferência de subalternidade, mas não uma mudança social nos papéis e atribuições relacionadas ao gênero feminino (SILVA, 2013).

---

Já no caso de países como Itália e Espanha, economistas como Paul Krugman consideram que o crescente agravamento da crise econômica nestes países desde 2008 fizeram com que ambos passassem a integrar, em termos sociais e políticos, o “Sul” do mundo. Fonte: <http://www.economics21.org/blog/paul-krugman-and-euro> e <http://informazioneconsapevole.blogspot.com.br/2011/11/paul-krugman-litalia-con-leuro-si-e.html>. Acesso em: 25/07/2014.

A respeito da presença migrante feminina latino-americana em outros países, que muitas vezes envolve interconexões transnacionais de cuidado e de afeto que ligam as vidas de mulheres imigrantes a partir da Europa com seus respectivos países de origem, Wendy Pojmann (2011) sugere que ela gera uma transferência de afeto (deixam de cuidar dos seus parentes “de sangue” para cuidar e “dar afeto” aos membros das famílias para as quais trabalham) e de sentimentos Norte-Sul/Leste-Oeste que não entra no cálculo dos salários e dos orçamentos domésticos<sup>4</sup>, mas que produz consequências de caráter econômico e emocional que podem, em casos como o da realidade de estrangeiras no território italiano e espanhol, colaborar na perpetuação de comportamentos que envolvem a exploração (ou ao menos ajudam na manutenção de papéis tradicionais de gênero) de mulheres por outras mulheres.

Segundo Pojmann, durante a década de 1970, muitas mulheres italianas adotaram uma consciência feminista e ingressaram no mercado de trabalho formal. O problema é que elas o fizeram à custa da exploração de uma nova fonte de trabalho doméstico – mulheres imigrantes (inicialmente filipinas e cabo-verdianas em sua maioria) o que fez com que este segmento fosse desde aquela época até os dias atuais, a principal fonte de emprego para trabalhadoras estrangeiras na Itália. Dessa forma, Jacqueline Andall e Victoria Chell (apud POJMAN, 2011) argumentam que a dependência sobre o trabalho doméstico imigrante simplesmente transferiu o encargo das tarefas domésticas para uma classe menos privilegiada de mulheres e por isso, o trabalho fora de casa destas mulheres italianas falhou em não superar os papéis tradicionais de gênero que permaneceram dentro dos lares.

Wendy Pojmann (2011) lembra que no início deste processo, mulheres do sul da Itália foram contratadas por diversas famílias do centro e do norte do país para “substituir” as mulheres que começaram a trabalhar fora de casa, mas paulatinamente o trabalho das mulheres imigrantes estrangeiras passou a ser preferido por ser mais barato e mais flexível – já que as italianas do sul (diferente das filipinas, cabo-verdianas e outras mulheres imigrantes) não estavam dispostas a aceitar morar com seus patrões (fator bastante valorizado no ofício de babás e, sobretudo das *badantes*, cuidadoras de idosos) em troca de alguns benefícios financeiros adicionais. Pojmann acredita que ao invés de “transferir” suas tarefas domésticas

---

<sup>4</sup> De acordo com diversas interlocutoras (mulheres imigrantes latino-americanas) que trabalham como cuidadoras de idosos, babás e “assistentes domésticas” (mulheres que além da limpeza, cuidam de pessoas para que elas não fiquem sozinhas em suas casas), as famílias que lhes contratam costumam dizer que elas são “quase da família”, pois existiria “sentimento” envolvido nestas relações de trabalho. Porém, de acordo com tais mulheres, isso não é levado em conta quando, por exemplo, elas pleiteiam melhores condições de trabalho e salários que sejam minimamente condizentes com as dedicações quase que exclusivas que lhes são requeridas nestes segmentos laborais (SILVA, 2013).

para as imigrantes, as italianas deveriam ter procurado redistribuir as tarefas domésticas entre os membros da família (em especial seus maridos) e dessa maneira, elas não teriam, como ocorreu na maioria dos casos, simplesmente reforçado os seus próprios papéis como mães e únicas responsáveis pela organização das tarefas domésticas.

Por essa razão, Sara Ongaro (apud POJMANN, 2011, p. 136) defende que já está mais do que na hora da maior parte das mulheres europeias reconhecerem que suas decisões sobre os seus lares e suas famílias ocasionam implicações que vão além das esferas domésticas de sua própria nação, especialmente quando as suas “emancipações” ocorreram a partir da subordinação de outras mulheres. Para Ongaro, este reconhecimento é imprescindível para entender porque milhares de mulheres são forçadas a emigrar no mundo contemporâneo. Um aspecto positivo dos últimos anos é que cada vez mais europeias e norte-americanas estão deixando de ter uma atitude complacente em relação ao fenômeno contemporâneo da feminilização de diversos fluxos migratórios internacionais (ao acreditar que estariam ajudando muitas mulheres imigrantes por empregá-las dentro de suas casas) e estão começando a avaliar com mais cuidado os fatores de atração da imigração, procurando compreender como eles têm contribuído para os altos índices da presença feminina estrangeira nos setores da assistência doméstica e familiar na Europa e nos EUA, particularmente.

Os fenômenos migratórios transnacionais femininos, assim como as consequências e implicações que envolvem as heterogêneas “diásporas *queer*” (PATTON, SANCHEZ-EPPLER, 2000) evidencia, entre outros fatores, como o gênero dialoga e dinamiza outras importantes dimensões sociais como a geração e a classe social. Nesse sentido, Teresita de Barbieri (1992) está correta quando recorda que os estudos que envolvem organizações sociais e interculturais que são atravessadas por desigualdades sociais não devem se eximir de investigar se o gênero e a geração constituem, dentro destas organizações, sistemas com certa autonomia e dinâmicas próprias ou formam parte de um mesmo sistema de diferenciação e como se articulam as formas particulares da reprodução do capital com as distâncias e hierarquias entre os gêneros, as gerações e os grupos étnicos.

Michel Foucault (1979) já disse na década de 1970 que o poder não se localiza apenas nos aparatos estatais, mas sim se encontra disseminado nas relações sociais em suas diferentes esferas (social, econômica, emocional etc.). Esta percepção – aliada à necessidade de não só reconhecer as relações de poder, como também criar estratégias para lidar com elas – já foi refletida por diversos/as autores/as latino-americanas (BIALAKOWSKY. PABLO GENTILI.

et. al, 2012; ) e, conseqüentemente, contemplada nas específicas epistemologias e no diversificado pensamento social latino-americano desde o século XIX em suas variadas articulações contra o cerne epistêmico do “*yo conquisto, luego existo*” que persistiu nas elites políticas e econômicas após os processos nacionais de “independência” (DUSSEL, 2006).

### **Sexualidades políticas ou políticas sexualizadas?**

Diferentemente de alguns dos teóricos pós-modernos da cultura, a exemplo de Homi K. Bhabha (1998) e Andreas Huyssen (1986), que parecem confundir diversidade com fragmentação e em consonância com perspectivas teóricas pós-coloniais como as de Arturo Escobar e Walter D. Mignolo (2010), acreditamos que o ato de reconhecer a heterogeneidade em termos analíticos não deve ser confundido com a suposição de que, no que concerne às relações raciais e de gênero, por exemplo, os fatores socioculturais e os elementos materiais e simbólicos estariam híbridos, imersos em espaços como “entre-lugares” e, conseqüentemente, com uma menor relevância epistemológica e reflexiva. Isso porque nos parece imprescindível considerar os seguintes pontos: I – a fragilidade que adviria de assumir uma postura pós-identitária acriticamente. Como diversos estudos sócio-antropológicos já constataram (HALL, 2003; SPIVAK, 2008), reconhecer ou assumir alguma identidade constitui um processo que implica também excluir (ser gay significa não ser heterossexual, ser negro é não ser branco, etc.), II – o problema da autonomia da sexualidade, ou seja, uma coisa é assumir a autonomia relativa das categorias identidade, nação, sexualidade, porém também deve-se considerar, do ponto de vista reflexivo, como estas identidades podem atuar no sentido de se reproduzirem e se reforçarem mutuamente; problemática esta que, em muitos casos, costuma ser utilizada para justificar hierarquias sociais através de ações que visam o controle da sexualidade (WEEKS, 1995).

Se por um lado, vislumbrar novos cenários sociopolíticos é uma questão intrínseca à história do pensamento social no Ocidente, por outro, não deveríamos contemplar acriticamente a suposição de alguns teóricos (MISKOLCI, 2011) baseados em leituras particulares do que se convencionou chamar de teoria *queer* que defendem que viveríamos numa fase “pós-identitária”. Caso esta suposição fosse coerente com as diversificadas realidades latino-americanas, como explicar as crescentes (ou nunca diminuídas) estatísticas de violências físicas, psicológicas e simbólicas (sem falar nos homicídios por motivações machistas e/ou homófobas) que acometem principalmente mulheres e LGBTs, que estão

significativamente relacionadas às suas respectivas orientações sexuais e identidades de gênero e que promovem incalculáveis danos de forma generalizada às populações?

Após a queda do Muro de Berlim em 1989, o capitalismo global passou a ser circunscrito por significativas mudanças e dinâmicas sociais. Refletindo sobre as efetivas influências que estes processos acarretam na vida dos indivíduos, Richard Sennett (2006) propõe que como as instituições sociais e políticas estão mudando, alteram-se também as subjetividades. Este autor se detém, por exemplo, na relação entre o medo de tornar-se “supérfluo” ou ser considerado “obsoleto”, com a questão do talento na “sociedade da capacitação”, na qual os comportamentos e inclinações em relação ao consumo se coadunam progressivamente com as atitudes políticas (SENNETT, 2006). Trata-se de um processo que, metaforicamente, porém eficazmente, corrobora em muitos a noção de “consumo, logo existo”, isto é, cosmologias nas quais a esfera do consumo passa a representar, em muitos casos, a principal ferramenta de protagonismo social e identitário de vários grupos sociais.

Refletindo sobre a contemporânea e crescente entrada na esfera do mercado de domínios da existência humana que anteriormente escapavam dela, tais como os símbolos identitários de um grupo ou uma nação, as crenças religiosas, as práticas tradicionais de cura, os rituais, etc., Jean e John Comaroff (2009) defendem que apesar do “etnocomércio” poder abrir oportunidades sem precedentes e aumentar a autonomia e a presença política dos grupos “minoritários”, o processo da commodificação cultural pode muitas vezes sujeitar as populações a novas formas de controle e de exclusão ou aprofundar relações existentes de desigualdade. Segundo tais autores, muitos grupos “subalternos” ao redor do planeta (pobres, minorias raciais, sexuais e/ou étnicas) estão se apropriando dessas cosmologias que valorizam o consumo como forma de inserção ou assimilação às sociedades “majoritárias”. Porém eles alertam que tais cosmologias podem ser eficientes em termos de conceder visibilidade e legitimidade a identidades anteriormente estigmatizadas, mas tais lógicas, em muitos casos, podem acabar reiterando estruturas simbólicas e políticas que justificam e “naturalizam” outras exclusões sociais (por exemplo, de classe, raça, gênero e/ou nacionalidade) entre indivíduos destes grupos. Acreditamos que os efervescentes mercados de “beleza negra”, “*pink money*”, “orgulho gay”, “encanto e *lifestyle* indígena”, etc., são bons exemplos dessa suposição tanto dentro quanto fora do Brasil.

Diferentemente do que parte da publicidade apregoa, nós – podendo ser integrantes do segmento afrodescendente, feminino ou LGBT – não valemos aquilo que consumimos. Esta parece ser uma constatação óbvia, porém, ela se faz necessária quando os processos de

hierarquização social em função do consumo chegam ao ponto de criar fissuras significativas nas demandas sociais e políticas destas coletividades dentro e fora do Brasil.

Com base em nossas pesquisas etnográficas na Europa e em diálogos com colegas cientistas sociais latino-americanos, nos parece plausível falar da visualização de guetos sexuais que se concentram nas áreas urbanas mais marginalizadas, ou, parafraseando Karl Marx e Friedrich Engels (2007), de grupos de “LGBTproletariado” em cidades como Barcelona, Buenos Aires, Recife, Santo Domingo e Roma. Nesta última cidade, por exemplo, se por um lado a coletividade LGBT que vive nas áreas mais nobres e elitizadas da cidade reivindicam questões como direito ao matrimônio e adoção de crianças (entre outras questões), nas áreas mais pobres das cidades que circundam a capital italiana, a pauta política dos grupos LGBT se fundam, majoritariamente, em questões mais “pragmáticas” como a defesa de moradias populares, o direito a receber “alugueis sociais” e de participar de “bancos de alimentos”, realizar cursos preparatórios que lhes permitam inserções laborais, etc. Estas demandas diferenciadas fazem com que existam não apenas duas coletividades LGBT na região metropolitana de Roma, mas que suas demandas sociais e políticas sejam tão diferentes que culmine no ponto de uma não se reconhecer na outra. Com isso, parte significativa dos/as integrantes dos grupos LGBT “elitizados” frequentemente acusam os/as “outras/as” (os LGBT “mais que pobres”) de constituírem “*i rifiuti*” (o lixo) da sociedade.

### **Apontamentos Finais**

Em contraposição a algumas tendências atuais presentes na literatura anglo-saxãs que advogam que viveríamos uma época “pós-identitária” e que marcadores como raça, gênero e orientação sexual/identidade de gênero seriam categorias analíticas “esgotadas”, já que o futuro as ciências sociais estaria em outras perspectivas analíticas, como por exemplo, aquelas que se detêm sobre as relações entre humanos e não-humanos (FLYNN, 2008; LATOUR, 2009; JOHNSON, 1988), advogamos a necessidade de dinamizar os debates sobre as interfaces entre gênero, sexualidade e pós-colonialidade, de maneira a melhor compreender como tais dimensões operam no sentido de reforçar padrões socialmente estruturados de inclusão/exclusão. Estes citados pontos são cruciais a uma agenda de pesquisa que se detenha sobre estas interfaces nos complexos, heterogêneos e particulares contextos latino-americanos, principalmente em cenários nos quais se tem dificuldades de compreender questões elementares como, por exemplo, a de que os direitos sexuais e reprodutivos

constituem direitos humanos. Sem ter a pretensão de esgotar as possibilidades de análise, apresentamos a seguir algumas temáticas que consideramos pertinentes para a elaboração de uma agenda de pesquisa que visa enfrentar os desafios de compreender as intrincadas relações entre gênero, sexualidade e pós-colonialidade.

1. Investigar o avanço do missionarismo neopentecostal no Sul Global e como isso significa o reforço de uma lógica cristã, masculina, heterossexual, neocolonial. Isso implica verificar os impactos desse neocolonialismo fundamentalista, assim como as inter-relações entre, por exemplo, a atuação de instituições religiosas protestantes norte-americanas e o recrudescimento da homofobia estatal em países africanos como Uganda, Libéria e Zimbábue, que recentemente aprovaram abomináveis leis anti-homossexualidade. Além disso, é importante investigar os impactos do fundamentalismo religioso nas políticas de combate a AIDS, se possível comparando contextos latino-americanos e africanos. No caso do Brasil, onde a despeito da laicidade legal do Estado é significativa a presença evangélica dentre as elites políticas e econômicas, torna-se importante investigar como subjazem discursos pós-coloniais e conservadores relativos às dimensões do gênero e da sexualidade na prática de inúmeras igrejas neopentecostais na América Latina em geral e no Brasil em particular.

2. Analisar as interfaces entre gênero, sexualidade e pós-colonialidade nos fluxos migratórios e na questão do tráfico internacional de pessoas (TIP). Quem são essas pessoas “traficadas”, quem as trafica, que redes articulam estes processos e de que maneiras se constroem os processos de exotização das identidades subalternas (redes de turismo sexual), já que a maioria das pessoas que são reconhecidas como vítimas do TIP são mulheres e transexuais femininas não-brancas e oriundas, principalmente, de países do leste europeu, do sudeste asiático, da América Latina e do continente africano.

3. Discutir o homonacionalismo, ou seja, a crescente incorporação de preceitos e orientações políticas nacionalistas e conservadoras por parte das coletividades LGBT europeias e norte-americanas. Como este fenômeno é reproduzido, como seus ideais vêm sendo interpretados na América Latina, seria possível dizer que já existe homonacionalismo no “Sul global”?

4. Refletir sobre as interconexões entre a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos que se alçam como “indicadores de modernidade” e o problema da incomensurabilidade dos valores. Na Europa, por exemplo, a questão da proibição da utilização do véu em escolas francesas como política de defesa do “Estado laico” e sua articulação com uma suposta ideia de “cultura europeia” pode entorpecer e obscurecer a verificação do quanto a islamofobia

pode ser tão ameaçadora aos direitos humanos quanto o fortalecimento dos partidos de extrema-direita.

5. Verificar a reprodução das lógicas excludentes baseadas em noções de raça, gênero, classes social, nação no seio das heterogêneas coletividades subalternizadas (a exemplo das mulheres e LGBT) no intuito de perceber os processos de descontinuidade e permanência que existem entre os grupos do “Norte” e os do “Sul Global”, como também suas demandas políticas e contextos socioculturais particulares cujos possíveis diálogos simétricos seriam bastante profícuos, sobretudo, no intento de intercambiar experiências, iniciativas políticas e práticas sociais.

6. Aprofundar e articular transnacionalmente as discussões sobre interseccionalidade, isto é, como que estes marcadores de exclusão social podem se imbricar, se potencializar e depender uns dos outros para (co)existirem.

7. Investigar como o gênero e a sexualidade estão sendo politizadas nas arenas institucionais da América Latina, analisando seus limites e possibilidades.

Estes sete pontos brevemente expostos acima podem e devem ser aprofundados por estudos posteriores. Aos leitores deste dossiê, nosso chamado. Sintam-se todas/os convidadas/os para compartilhar conosco destas intenções de promover processos de mudança social, processos estes que permitam mais igualdade e justiça social.

## Referências Bibliográficas

ALONSO, Graciela y DÍAZ, Raúl. 2012. Reflexiones acerca de los aportes de las epistemologías feministas y descoloniales para pensar la investigación social. *Debates Urgentes*, 1(1): 75-98.

BIALAKOWSKY, Alberto L.; GENTILI, Pablo et al. 2012. *Latin American critical thought theory and practice*. Buenos Aires: CLACSO Editorial.

BHABHA, Homi K. 1998. *O Local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

BOURDIEU, Pierre. 1999. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

\_\_\_\_\_. 2002. As condições sociais da circulação internacional das ideias. Disponível em: <http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br/ojs/index.php/enfoques/article/view/12/7>.

CATTANI, Antonio David. 2005. “A vida precária: bases para a nova submissão”, in A. D. Cattani, L. M. Diaz (org.). *Desigualdades na América latina: novas perspectivas analíticas*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, pp. 51-71.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John L. 2009. *Ethnicity, Inc*. Chicago: University of Chicago Press.

DE BARBIERI, Teresita. 1992. Sobre la Categoría de Género. Una introducción teórico-metodológica. *Revista Interamericana de Sociología*, 6(2): 147-178.

\_\_\_\_\_. 1984. *Mujeres y vida cotidiana*. Ciudad del México:Conafe.

DUSSEL, Enrique. 2006. *Filosofía de la cultura y la liberación*. Ciudad del México: UACM Editorial.

ESCOBAR, Arturo; MIGNOLO, Walter. 2010. *Globalization and the decolonial option*. London & New York: Routledge.

FLYNN, Clifton P. 2008. *Social creatures: a human and animal studies reader*. New York: Lantern Books.

FOUCAULT, Michel. 1979. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

GARGALLO, Francesca. 2009. El feminismo y su instrumentalización como fenómeno de mestizaje en Nuestramérica. *Revista Venezolana de estudios de la mujer*, 14(33): 27-36.

HALL, Stuart. 2003. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

HONNETH, Axel. 2014. *El derecho de la Libertad: Esbozo de una Eticidad democrática*. Madrid, Editorial Katz.

HOROWITZ, Daniel. 1985. *The Morality of Spending. Attitudes toward the Consumer Society in America, 1875-1940*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.

HUYSEN, Andreas. 1986. *After the great divide. Modernism, mass culture and postmodernism*. Bloomington: Indiana University Press.

JOHNSON, Jim. 1988. Mixing humans and nonhumans together: The sociology of a door-closer. *Social Problems*, 35(3):298-310.

- LATOUR, Bruno. 2009. Will non-humans be saved? An argument in ecotheology. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 15(1): 459-475.
- LÓPEZ HERNÁNDEZ, Miriam y RODRÍGUEZ-SHADOW, María J. (Ed.). 2011. Género y sexualidad en el México antiguo. Ciudad del México: Centro de Estudios de antropología de la mujer.
- López Hernández y Rodríguez-Shadow, 2011
- LUGONES, Maria. 2011. Hacia un feminismo descolonial. *La manzana de la discordia*, 6(2): 105-119.
- \_\_\_\_\_. 2007. Heterosexualism and the colonial/modern gender system. *Hypatia*, 22 (1): 186–209.
- MARTINS, Paulo Henrique. 2012. *La decolonialidad de América Latina y la heterotopía de una comunidad de destino solidaria*. Buenos Aires: Ediciones CICCUS.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. 2007 [1845]. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- MCCLINTOCK, Anne. 2010. *Couro imperial. Raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- MIGNOLO, Walter. 2002. *Historias locales, diseños globales. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal.
- MISKOLCI, Richard. 2011 “Não somos, queremos – reflexões queer sobre a política sexual brasileira contemporânea. In: COLLING, Leandro. (org) *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador : EDUFBA,
- OLEA, Cecilia. 1998. *El movimiento feminista en América Latina*. Lima: Ed. Flora Tristán.
- PATTON, Cindy; Benigno, SANCHEZ-EPPLER, 2000. *Queer Diasporas*. Durham, NC: Duke University Press.
- Patton, Sanchez-Eppler, 2000
- POJMANN, Wendy. 2011. “Mothering across Boundaries: Immigrant Domestic Workers and Gender Roles in Italy”, In Loretta Baldassar e Donna Gabaccia (Ed.). *Intimacy and Italian Migration. Gender and Domestic Lives in a Mobile World*. Fordham: Fordham University Press, pp: 127-139.
- QUIJANO, Anibal. 2001. *Colonialidad del Poder, Globalización y Democracia*. Caracas: Instituto de Estudios Internacionales Pedro Gual.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. 2003. “Para uma sociologias das ausências e uma sociologia das emergências”, in Boaventura de Sousa Santos (org). *Conhecimento prudente para uma vida decente: 'Um discurso sobre as ciências'*. Porto: Edições Afrontamento, 735-775.
- SENNETT, Richard. 2006. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.
- SILVA, Marcos de Araújo. 2013. *Dinâmicas da migração brasileira e crise do welfare state na UE pós-2008: Uma etnografia a partir de Roma e Barcelona*. Tese de Doutorado em Antropologia. UFPE: Recife.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. 2010. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.
- \_\_\_\_\_. 2008. *Other Asias*. Malden, MA: Blackwell.

WEEKS, Jeffrey. 1995. *Invented moralities. Sexual values in an age of uncertainty*. New York: Columbia University Press.

ZHANG, Li; ONG, Aihwa. 2008. *Privatizing China: Socialism from afar*. Ithaca: Cornell University Press.

**Recebido em: 05/09/2014. Aceito em: 30/09/2014.**